

# **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026**

**CONTRATANTE (UASG) 102144 - ICMC**

## **OBJETO**

Serviços de desinstalação e instalação de condicionadores de ar

## **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 52.429,12

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 23/11/2026

## **HORÁRIO DA FASE DE LANCES**

09h00

## **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

menor preço global

## **MODO DE DISPUTA:**

aberto

## **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

SIM

**Link: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

### Sumário

|                                                                                |    |
|--------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. DO OBJETO .....                                                             | 3  |
| 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....                                          | 3  |
| 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....           | 5  |
| 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....                                           | 7  |
| 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES . | 8  |
| 6. DA FASE DE JULGAMENTO .....                                                 | 11 |
| 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....                                                 | 13 |
| 8. DOS RECURSOS .....                                                          | 16 |
| 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....                                | 17 |
| 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....                | 19 |
| 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....                                               | 20 |



**INSTITUTO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DE COMPUTAÇÃO –  
ICMC/USP**

**Processo SEI nº 154.00000198/2026-33**

Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC/USP), realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é prestação de serviços de desinstalação e instalação de equipamentos condicionadores de ar para o Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, ICMC/USP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em **ÚNICO ITEM**.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
  - 2.1.1. Os interessados, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa nº 03/2018, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Para o **item 1 (único)**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
  - 2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

- 2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
  - 2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
  - 2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
  - 2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
  - 2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
  - 2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
  - 2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
  - 2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante.
  - 2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
  - 2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.8. Será permitida a participação de:
- 2.8.1. cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
    - 2.8.1.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.8.2. pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8.2.1. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na presente licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do artigo 15, inciso IV, da Lei federal nº 14.133/2021.

- 2.9. O impedimento de que trata o subitem **2.7.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens **2.7.2** e **2.7.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea.
- 2.13. A vedação de que trata o item **2.7.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **7.1.1** e **7.13.1** deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
- 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

- 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens **3.4** ou **3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **3.11** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 4.1.1. **Valor unitário e total** do item.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
  - 4.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
  - 4.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item anterior.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

### 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 1,00 (um real)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, portanto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar no sistema.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
  - 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
  - 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
  - 5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.
  - 5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.
  - 5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.
  - 5.19.2.2. empresas brasileiras.
  - 5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
  - 5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes, para um mesmo item, em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 5.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido pela Administração.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

- 5.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.20.4. O resultado da negociação, se houver, será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, observando, inclusive, as disposições do item **6.1.4** do edital.
- 5.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### 6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **2.7** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF.
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- 6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).
- 6.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- 6.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 6.2. A consulta ao cadastro especificado no subitem **6.1.4** será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item **3.6** deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.7. Será desclassificada a melhor proposta que:
- 6.7.1. conter vícios insanáveis.
  - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
  - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.
  - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
  - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
    - 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta de preços; e
    - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

### 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
  - 7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

financeira, haverá um acréscimo de **30 %** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste Edital e no termo de Referência, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.
- 7.5.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).
- 7.5.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia
- 7.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme indicado no Anexo I deste Edital, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 7.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

- 7.11.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.11.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 7.11.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
  - 7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

- 7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **7.13.1**.
- 7.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.
- 7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 7.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

### 8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
  - 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
  - 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.
  - 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico portal.sei.gov.br ou mediante solicitação formal via e-mail: [licitacoes@icmc.usp.br](mailto:licitacoes@icmc.usp.br).

### 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Observadas as disposições da Resolução USP nº 8548/2023, que integra este Edital, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, em especial:
  - 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.
  - 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
    - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
    - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
    - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra.
    - 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
  - 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
    - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
  - 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
  - 9.1.5. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
  - 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
    - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.
    - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

- 9.1.6.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual:
- 9.2.1. Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 9.2.2. Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa.
- 9.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e
- 9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial, observadas as disposições do art. 26, alínea “b” – Resolução USP nº 8548/2023.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa (art. 156, §7º).
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3** que



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem **9.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados (art. 156, §9º).

### 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo e-mail: [licitacoes@icmc.usp.br](mailto:licitacoes@icmc.usp.br)*
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
  - 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



### 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [www.icmc.usp.br/licitacoes](http://www.icmc.usp.br/licitacoes).
- 11.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 11.12.
- 11.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
  - 11.13.1. ANEXO I - Termo de Referência
    - 11.13.1.1. ANEXO A – Especificações Técnicas Detalhadas
  - 11.13.2. ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial
  - 11.13.3. ANEXO III – Compromisso de Abertura de Conta no Banco do Brasil
  - 11.13.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração de Atendimento das Normas de Saúde, Segurança do Trabalho e da Legislação Trabalhista
  - 11.13.5. ANEXO V – Modelo de Declaração de Realização de Vistoria



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

- 11.13.6. ANEXO VI – Modelo de Declaração de não Realização de Vistoria
- 11.13.7. ANEXO VII - Orientações sobre a retenção de imposto de renda

*São Carlos, na data da assinatura digital*

**PROFA. DRA. KALINKA REGINA LUCAS JAQUIE CASTELO BRANCO**  
Diretora do ICMC/USP



## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo SEI nº 154.00003736/2026-41

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de serviços de **desinstalação e instalação de condicionadores de ar**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | DESCRIÇÃO SUMÁRIA                                                                  | CATMAT | QUANTIDADE TOTAL |
|------|------------------------------------------------------------------------------------|--------|------------------|
| 1    | Desinstalação e instalação de aparelhos condicionadores de ar tipo split e janela. | 2020   | 01 serviço       |

- 1.1.1. As especificações técnicas detalhadas para execução do objeto, encontram-se detalhadas **no Anexo A deste Termo de Referência**;
- 1.1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como natureza comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 150 **(cento e cinquenta dias) dias** contados do **termo de início dos serviços**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### Subcontratação

- 1.6. O **CONTRATADO** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

- 2.2. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:
- I. ID PCA no PNCP: 63025530000104-0-000044/2026.
  - II. Data de publicação no PNCP: 26/06/2025.
  - III. Id do item no PCA: 689 e 690.
  - IV. Classe/Grupo: 873 – Serviços de Instalação.
  - V. Identificador da Futura Contratação: 102144-44/2026.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:
- 4.1.1. A CONTRATADA deverá adotar procedimentos adequados para a coleta, acondicionamento, transporte e **destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados na execução dos serviços**, incluindo embalagens, componentes substituídos, materiais contaminados, óleos, filtros e demais resíduos sólidos, observando a legislação ambiental aplicável e priorizando, sempre que possível, o encaminhamento para reciclagem ou reaproveitamento;
  - 4.1.2. Nos casos de desinstalação, substituição, movimentação ou qualquer outro tipo de intervenção em equipamentos de climatização, a CONTRATADA **deverá realizar o recolhimento e recuperação dos gases refrigerantes existentes no sistema**, utilizando equipamentos apropriados, de modo a evitar sua liberação para a atmosfera;
  - 4.1.3. Os gases refrigerantes eventualmente recolhidos deverão receber destinação ambientalmente adequada, conforme normas técnicas e ambientais aplicáveis, sendo vedada sua liberação direta no ambiente;
  - 4.1.4. A CONTRATADA deverá adotar boas práticas de eficiência no uso de materiais e insumos utilizados nas atividades de desinstalação e instalação, evitando desperdícios e priorizando, sempre que possível, produtos e procedimentos que reduzam impactos ambientais.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

### Garantia da contratação

- 4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### Vistoria

- 4.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **08:00 horas às 11:00 e das 13:30 às 16:00 horas**.
- 4.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.5. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.5.1. **A vistoria deverá ser previamente agendada, até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a abertura e realização da sessão pública;**
- 4.5.2. O interessado poderá agendar vistoria através dos seguintes contatos:

| Contatos para agendamento da vistoria |                 |                          |
|---------------------------------------|-----------------|--------------------------|
| <i>Responsável</i>                    | <i>Telefone</i> | <i>e-mail</i>            |
| Alexandre Reis de Oliveira            | (16) 3373-9627  | alexreis@icmc.usp.br     |
| Marco Antônio Serafim Jacques         | (16) 3373-8904  | jacques@icmc.usp.br      |
| Victor Graciano de Paiva              | (16) 3373-9643  | victor.paiva@icmc.usp.br |

- 4.6. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.7. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

- 5.1.1. Início da execução do objeto: **até 10 (dez) dias contados da emissão da ordem de serviço pela CONTRATANTE.**
- 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: **conforme definido no Anexo A deste Termo de Referência.**
- 5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:
  - 5.1.3.1. Etapa única, com prazo de realização de **30 dias corridos**

### Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:
  - 5.2.1. **Equipamentos alocados nos Blocos ICMC-1 a ICMC-6:**  
Área 1 do Campus USP São Carlos: Av. Trabalhador São Carlense, nº 400 – Bairro:Parque Arnold Schimit – ICMC, São Carlos/SP.
  - 5.2.1. **Equipamentos alocados nos Blocos ICMC-7 e ICMC-8:**  
Área 2 do Campus USP São Carlos: Avenida João Dagnone, nº 1100, Bairro: Jardim Santa Angelina - ICMC, São Carlos/SP.
- 5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:
  - 5.3.1. Em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.
  - 5.3.2. A Administração poderá agendar a execução dos serviços em finais de semana, de acordo com cronograma a ser estabelecido em comum acordo com a Contratada, para os ambientes listados no item 3 da Seção "C. OBSERVAÇÕES GERAIS" do Anexo A deste Termo de Referência.

### Rotinas a serem cumpridas

- 5.4. A execução contratual observará as rotinas e procedimentos estabelecidos no **Anexo A - Especificações Técnicas Detalhadas do Objeto.**

### Materiais a serem disponibilizados

- 5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o **CONTRATADO** deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
  - 5.5.1. Os materiais de consumo e insumos necessários à execução das rotinas de desinstalação e instalação deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, estando seus



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

custos incluídos no valor contratado, **exceto em relação aos aparelhos condicionadores que serão disponibilizados pela CONTRATANTE.**

- 5.5.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar os equipamentos, ferramentas e instrumentos técnicos necessários à execução dos serviços, em condições adequadas de uso e em quantidade suficiente para atendimento das demandas previstas.
- 5.5.3. O detalhamento dos materiais, insumos e equipamentos necessários à execução dos serviços encontra-se estabelecido no **Anexo A – Especificações Detalhadas dos Serviços**, documento integrante deste Termo de Referência.

### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
  - 5.6.1. Desinstalação completa de **37 aparelhos de ar-condicionado**, dos tipos split hi-wall e janela, com capacidades de 9.000 a 24.000 BTUs, incluindo o recolhimento do gás refrigerante e o armazenamento das peças úteis.
  - 5.6.2. Instalação completa de **40 aparelhos de ar-condicionado**, dos tipos split hi-wall e janela, com capacidades de 7.500 a 24.000 BTUs, incluindo o reaproveitamento de equipamentos desinstalados, quando indicado, e o fornecimento dos materiais, insumos e acessórios necessários à execução dos serviços.
  - 5.6.3. Os serviços compreendem as intervenções necessárias à desinstalação e à instalação dos equipamentos nos locais indicados pela Administração, observadas as condições específicas de cada ambiente e os requisitos técnicos estabelecidos no **Anexo A – Especificações Técnicas Detalhadas do Objeto**, que integra este Termo de Referência.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

### Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo **12 (doze) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

### Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Preposto

- 6.6. O **CONTRATADO** designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. O **CONTRATANTE** poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO**, hipótese em que o **CONTRATADO** designará outro para o exercício da atividade.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

### Fiscalização

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

### Fiscalização Técnica

- 6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#)).
- 6.10. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).
- 6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III](#)).
- 6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV](#)).
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).

### Fiscalização Administrativa

- 6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III](#)).
- 6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV](#)).
- 6.17. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### Gestor do Contrato

- 6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º](#)).
- 6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX](#)).
- 6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII](#)).
- 6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII](#)).
- 6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único](#)).
- 6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os critérios indicados neste item para aferição da qualidade da prestação de serviços, sempre levando-se em conta o quantitativo contratado e seus respectivos preços unitários, nos termos do item 1, para fins de glosa.
  - 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o **CONTRATADO**:
    - 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

- 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### Do recebimento

- 7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez)** dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e [arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do **CONTRATADO** com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao **CONTRATADO**, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
  - 7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
  - 7.7.2. O **CONTRATADO** fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
  - 7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
  - 7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

- 7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).
- 7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao **CONTRATADO**, por escrito, as respectivas correções.
- 7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.9.4. Comunicar o **CONTRATADO** para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo **CONTRATADO**, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

- 7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**.
- 7.15. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

### Prazo de pagamento

- 7.17. O pagamento será efetuado no prazo **não inferior a 28 (vinte e oito) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#) e da [Portaria GR. nº 8249/2023](#).
- 7.17.1. São condições para a liberação do pagamento:
- a) O recebimento definitivo do objeto.
  - b) A entrega da documentação fiscal completa.
  - c) A não existência de registro do contratado no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº. 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do [Decreto Estadual nº. 53.455/2008](#).
- 7.18. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.
- 7.18.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.
- 7.18.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pelo **CONTRATADO**.
- 7.19. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.
- 7.20. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.
- 7.21. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.
- 7.22. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

### Forma de pagamento

- 7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.
- 7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.25. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
- 7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.26. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LICITANTE E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O prestador de serviço(s) será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### Regime de execução

- 8.2. O regime de execução do contrato será **integral**.

### Exigências de habilitação

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

- 8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), conforme o caso.
- 8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), **referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).
- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

- 8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.18. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, em se tratando de compras e serviços com fornecimento de bens e/ou **Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários)** no caso de serviços, do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.19. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.20. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

- 8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da [Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)), ou de sociedade simples.
- 8.22. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante).
  - 8.22.1. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

### Qualificação Técnica

- 8.23. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 8.24. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.25. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

- 8.25.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):
- 8.25.1.1. Instalação de equipamentos condicionadores de ar, do tipo split, em quantidade mínima de **10 (dez) equipamentos**.
- 8.25.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.
- 8.25.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.
- 8.25.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### Outras comprovações

- 8.26. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:
- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição estadual.
  - b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando for o caso.
- 8.27. Tratando-se de consórcio, caso admitida a sua participação:
- 8.27.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:
- a) Designação do consórcio e sua composição.
  - b) Finalidade do consórcio.
  - c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual.
  - d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados.
  - e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas.
  - f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação.

- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto **CONTRATADO**, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração.
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE** até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem.

8.27.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.27.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei federal nº 14.133/2021.

8.27.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.28. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:

8.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.

8.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.

8.28.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.

8.28.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia.

8.28.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.28.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

8.28.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

- 8.29. Todos os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste TR/contrato, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.
- 8.29.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).
- 8.29.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 52.429,12 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e vinte e nove reais e doze centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

| Subitem              | Descrição sumária                        | Qtd | Valor unitário | Valor total      |
|----------------------|------------------------------------------|-----|----------------|------------------|
| 1.1                  | Desinstalação de aparelhos de 9.000 BTU  | 6   | 302,31         | 1.813,85         |
| 1.2                  | Desinstalação de aparelhos de 12.000 BTU | 5   | 327,92         | 1.639,59         |
| 1.3                  | Desinstalação de aparelhos de 18.000 BTU | 2   | 327,22         | 654,45           |
| 1.4                  | Desinstalação de aparelhos de 24.000 BTU | 24  | 345,42         | 8.290,04         |
| 1.5                  | Instalação de aparelhos de 7.500 BTU     | 2   | 778,51         | 1.557,03         |
| 1.6                  | Instalação de aparelhos de 9.000 BTU     | 2   | 906,93         | 1.813,85         |
| 1.7                  | Instalação de aparelhos de 12.000 BTU    | 7   | 976,61         | 6.836,26         |
| 1.8                  | Instalação de aparelhos de 18.000 BTU    | 6   | 981,68         | 5.890,06         |
| 1.9                  | Instalação de aparelhos de 24.000 BTU    | 23  | 1.040,61       | 23.934,00        |
| Valor total estimado |                                          |     |                | <b>52.429,12</b> |

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: 102144 - ICMC.
- II. Fonte de Recursos: 1 - Tesouro.
- III. Programa de Trabalho: 122 - Administração Geral.
- IV. Elemento de Despesa: 339039 – Outros Serviços Terceiros - PJ.

**ALEXANDRE REIS DE OLIVEIRA**

Responsável pelo planejamento da contratação



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

### ANEXO A – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS DO OBJETO

| ITEM | DESCRIÇÃO SUMÁRIA                                                                  | CATMAT | QUANTIDADE TOTAL |
|------|------------------------------------------------------------------------------------|--------|------------------|
| 1    | Desinstalação e instalação de aparelhos condicionadores de ar tipo split e janela. | 2020   | 01 serviço       |

#### A. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E QUANTIDADES

| ITEM        | 1                                                                                 | Grupo - |
|-------------|-----------------------------------------------------------------------------------|---------|
| Quantidade: | 01 serviço                                                                        |         |
|             | Desinstalação e instalação de aparelhos condicionadores de ar tipo split e janela |         |

1. Desinstalação completa (evaporadora e condensadora) de aparelhos condicionadores de ar do tipo split hi-wall e janela, com recolhimento de gás e armazenamento de todas as peças úteis, sendo:
  - a) 02 de 24.000 BTUs (split) da sala 1-004; (Figuras 01 e 02)
  - b) 02 de 24.000 BTUs (split) da sala 1-105; (figuras 03 e 04)
  - c) 01 de 24.000 BTUs (split) da sala 3-002; (Figuras 09 e 10)
  - d) 01 de 24.000 BTUs (split) da sala 3-009; (Figuras 13 e 14)
  - e) 02 de 24.000 BTUs (split) da sala 3-010; (Figuras 15 e 16)
  - f) 01 de 24.000 BTUs (split) da sala 3-012; (figuras 17 e 18)
  - g) 03 de 24.000 BTUS (split) da sala 4-112; (figuras 25 e 26)
  - h) 03 de 24.000 BTUs (split) da sala 6-303; (Figuras 39 e 42)
  - i) 03 de 24.000 BTUs (split) da sala 6-304; (figura 40 e 42)
  - j) 03 de 24.000 BTUs (split) da sala 6-306; (figuras 41 e 42)
  - k) 01 de 24.000 BTUs (split) da sala 4-008; (figuras 23 e 24)
  - l) 01 de 24.000 BTUs (split) da sala 8-006; (figuras 47 e 48)
  - m) 01 de 24.000 BTUs (split) da sala 6-000; (figuras 53 e 54)
  - n) 01 de 18.000 BTUs (split) da sala 3-019; (figuras 19 e 20)
  - o) 01 de 18.000 BTUs (split) da sala 4-234; (figuras 31 e 32)
  - p) 01 de 12.000 BTUs (split) da sala 3-003; (figuras 11 e 12)



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

- q) 01 de 12.000 BTUs (split) da sala 4-129; (figuras 27 e 28)
- r) 01 de 12.000 BTUs (split) da sala 5-105; (figuras 35 e 36)
- s) 01 de 12.000 BTUs (janela) da sala 6-202; (figuras 37 e 38)
- t) 01 de 12.000 BTUs (split) da sala 8-002; (figuras 43 e 44)
- u) 02 de 9.000 BTUs (split) da sala 2-302; (figuras 05 e 06)
- v) 01 de 9.000 BTUs (split) da sala 4-243; (figuras 33 e 34)
- w) 01 de 9.000 BTUs (split) da sala 8-011; (figuras 49 e 50)
- x) 02 de 9.000 BTUs (janela) da sala 3.000; (figuras 07 e 08)

2. Instalação completa (evaporadora e condensadora) de aparelhos condicionadores de ar do tipo split hi-wall e janela, **inclusive com reaproveitamento de aparelhos desinstalados**, com fornecimento de todos os insumos e acessórios necessários para a correta instalação e funcionamento, sendo:

- a) 02 de 24.000 BTUs (split) na sala 1-004; (figuras 01 e 02)
- b) 02 de 24.000 BTUs (split) na sala 1-105; (figuras 03 e 04)
- c) 01 de 24.000 BTUs (split) na sala 2-302; (figuras 05 e 06)
- d) 01 de 24.000 BTUs (split) na sala 3-002; (figuras 09 e 10)
- e) 01 de 24.000 BTUs (split) na sala 3-009; (Figuras 13 e 14)
- f) 02 de 24.000 BTUs (split) na sala 3-010; (Figuras 15 e 16)
- g) 01 de 24.000 BTUs (split) na sala 3-012; (figuras 17 e 18)
- h) 03 de 24.000 BTUs (split) na sala 4-112; (figuras 25 e 26)
- i) 03 de 24.000 BTUs (split) na sala 6-303; (Figuras 39 e 42)
- j) 03 de 24.000 BTUs (split) na sala 6-304; (figuras 40 e 42)
- k) 03 de 24.000 BTUs (split) na sala 6-306; (figuras 41 e 42)
- l) 01 de 24.000 BTUs (split) na sala 6-000 (reposicionamento do aparelho que sairá da sala 6-000); (figuras 53 e 54)
- m) 01 de 18.000 BTUs (split) na sala 3-019; (figuras 19 e 20)
- n) 01 de 18.000 BTUs (split) na sala 4-008; (figuras 23 e 24)
- o) 01 de 18.000 BTUs (split) na sala 4-234; (figuras 31 e 32)
- p) 01 de 18.000 BTUs (split) na sala 4-243; (figuras 33 e 34)
- q) 01 de 18.000 BTUs (split) na sala 8-002; (figuras 43 e 44)
- r) 01 de 18.000 BTUs (split) na sala 8-004; (figuras 45 e 46)



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

- s) 01 de 12.000 BTUs (split) na sala 3-003; (figuras 11 e 12)
- t) 01 de 12.000 BTUs (split) na sala 3-166; (figuras 21 e 22)
- u) 01 de 12.000 BTUs (split) na sala 4-129; (figuras 27 e 28)
- v) 01 de 12.000 BTUs (split) na sala 4-214; (figuras 29 e 30)
- w) 01 de 12.000 BTUs (split) na sala 5-105; (figuras 35 e 36)
- x) 01 de 12.000 BTUs (split) na sala 6-202; (figuras 37 e 38)
- y) 01 de 12.000 BTUs (split) na sala 8-006; (figuras 47 e 48)
- z) 02 de 7.500 BTUs (janela) na sala 3-000; (figuras 07 e 08)
- aa) 01 de 9.000 BTUs (split) na sala 8-011; (reaproveitamento do aparelho que sairá da sala 2-302) (figuras 05 e 06, 49 e 50)
- bb) 01 de 9.000 BTUs (split) na sala de estudos 24h; (reaproveitamento do aparelho que sairá da sala 2-302) (figuras 05, 06, 51 e 52)

### B. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS E SUAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS EXIGIDAS

#### 1. Características gerais das instalações

- a) A Interligação elétrica será disponibilizada próxima ao local de instalação dos equipamentos, ficando sob responsabilidade da empresa CONTRATADA estender o cabeamento caso a alimentação do equipamento deva ser realizada nas condensadoras. Para o cabeamento deverá ser utilizado cabo PP compatível com a bitola dos cabos da instalação existente no local.
- b) Fixação da unidade condensadora através de suporte metálico, quando necessário. A confecção e instalação do suporte metálico é de responsabilidade da CONTRATADA;
- c) Toda a interligação mecânica entre as unidades evaporadoras e condensadoras deverá ser executada com fornecimento e instalação de tubulação frigorígena de cobre, termicamente isolada com polietileno expandido em toda sua extensão (isolamento independente para cada tubulação). A espessura da tubulação deverá seguir a especificação fornecida pelo fabricante de acordo com a capacidade e a distância entre as unidades evaporadoras e condensadoras. O comprimento mínimo de tubulação entre evaporadora e condensadora deve seguir recomendação do fabricante do equipamento.
- d) Execução de todo o serviço de solda/oxigênio;
- e) Pressurização da linha frigorífica, com utilização de nitrogênio, para eliminação de possível vazamento de gás;
- f) Serviço de alto vácuo;
- g) Carga com gás R410-A ou R-32, conforme especificação do fabricante do equipamento a ser instalado;



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

- h) Teste de funcionamento;
  - i) Todo o material e serviço relacionados à instalação deverão ser fornecidos pela empresa CONTRATADA, que deverá entregar o serviço com todo o acabamento necessário e com a limpeza do local;
  - j) Quando necessária a realização de trabalho em altura (mais de 2m) será obrigatória a apresentação dos nomes dos funcionários que farão os serviços juntamente com o certificado válido de curso NR35 e obrigatório, durante o serviço, o uso de todos os EPIs de trabalho em altura;
  - k) Toda a instalação deverá ser realizada de acordo com as normas técnicas da ABNT.
2. Características específicas das instalações
- a) **Drenagem:** Utilizar a tubulação de dreno já existente para todas as salas, exceto para as salas 2-302, 3-166, 4-008, 4-129, 4-214, 5-105, 6-202, 8-004 e Sala 24h que precisarão de nova tubulação de dreno, em um total aproximado de 60 metros de tubo PVC  $\frac{3}{4}$ , marrom ou branco com uso de cotovelo e abraçadeiras, caso necessário. A tubulação deverá se estender da evaporadora até os dutos de dreno. A conexão entre as partes e o acabamento necessário para a instalação dos drenos é de responsabilidade da empresa CONTRATADA.
  - b) **Tubulação frigorígena:** aproximadamente 350 metros (alta e baixa). Não será permitido o reaproveitamento de tubulação frigorígena já existente.
  - c) **Acabamento interno:** para acabamento interno nas salas, utilizar calhas em PVC para o dreno e os dutos que interligam as máquinas interna e externa, para evitar tubulação aparente no interior das salas (figura 55)
  - d) **Vedações:** para a sala 3-000, onde serão instalados 02 aparelhos de janela, fazer a vedação com fita de espuma ou espuma expansiva nas bordas entre o aparelho e o caixilho da janela;
  - e) **Acessos aos locais de instalações de condensadoras:** o lado externo das salas 2-302, 3-166, 4-112, 4-129, 4-214, 5-105, 4-234, 4-243, 6-202, 6-303, 6-304 e 6-306, onde serão instaladas as condensadoras, apresenta alturas superiores a 2 metros. Há possibilidade de as condensadoras serem instaladas pelo interior das salas, caso seja inviável, será obrigatório o uso de andaime, assim como todos os EPIs de segurança para trabalho em altura. Sem os EPIs não será permitida a execução do serviço. A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos que ocorrerem nas telhas e calhas.
  - f) **Período de execução:** A Administração poderá agendar a execução dos serviços em finais de semana, de acordo com cronograma a ser estabelecido em comum acordo com a Contratada, para os ambientes listados no item 3 da Seção “C. OBSERVAÇÕES GERAIS” deste Anexo.

### C. OBSERVAÇÕES GERAIS



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

1. Deverão ser utilizados materiais novos e de primeira qualidade, portanto não serão aceitos materiais reaproveitados ou que apresentem quaisquer defeitos de fabricação.
2. Não serão aceitos, sob quaisquer justificativas e pretextos, serviços que não atendam aos requisitos pré-estabelecidos, desta forma as empresas participantes deverão estar cientes das especificações dos serviços a serem executados.
3. Tendo em vista eventual impossibilidade de execução dos serviços em locais como salas de aula e outros em que a instalação não possa ocorrer devido ao ruído gerado, a Administração poderá determinar, mediante prévio agendamento, e em comum acordo com a Contratada, a realização dos serviços nos finais de semana, nos seguintes locais:
  - Bloco 3 – Salas de aula – Salas 3-009, 3-010 e 3-012
  - Bloco 6 – Laboratórios de ensino – Sala 6-000, 6-303, 6-304 e 6-306
4. A interligação elétrica será disponibilizada pela Contratante próxima dos locais de instalação das evaporadoras.
5. Caso haja necessidade de realizar furação para passagem de tubulação frigorígena, drenos e isolamento, a Contratada deverá realizar o serviço e efetuar os reparos necessários (inclusive alvenaria, repintura, reparação de forros, telas, gesso e afins) para a entrega do ambiente **nas mesmas condições em que se encontrava** no início da instalação.
6. Nos locais onde se faça necessário a instalação de andaimes ou o içamento dos aparelhos de ar-condicionado para instalação, o fornecimento da estrutura e de todos os equipamentos necessários, bem como sua montagem e desmontagem ocorrerá por conta da contratada.
7. A movimentação de aparelhos que serão instalados e desinstalados, é de responsabilidade da CONTRATADA. A distância entre as áreas 1 e 2 do Campus é de aproximadamente 5 Km.
  - 7.1. Os Blocos ICMC-1 a ICMC-6 estão localizados na Área 1 do Campus USP – São Carlos, enquanto os demais blocos e edificações relacionados neste anexo situam-se na Área 2.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

### D. IMAGENS E NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE OS LOCAIS DE INSTALAÇÃO



Figura 01 - sala 1-004 - interno

Retirada de 02 evaporadoras de 24.000 BTUs. e instalação de 02 evaporadoras de 24.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para colocação das tubulações.

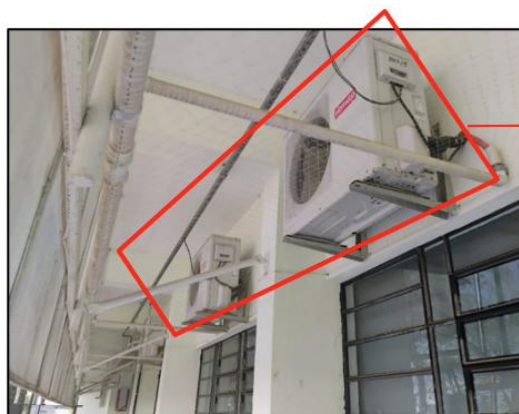


Figura 02 - sala 1-004 - externo

Retirada de 02 condensadoras de 24.000 BTUs. e instalação de 02 condensadoras de 24.000 BTUs. Aproveitar a estrutura existente para colocação das tubulações.

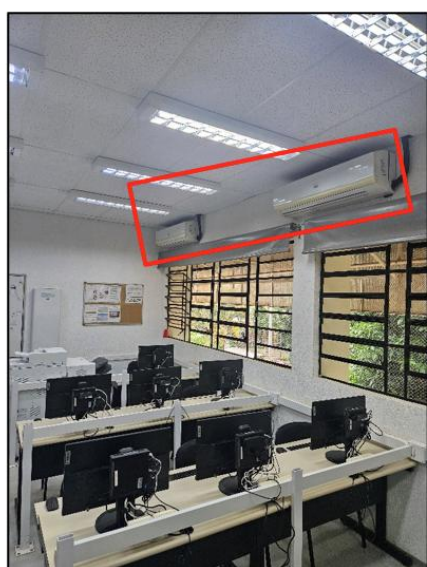


Figura 03 – sala 1-105 - interno

Local de retirada de 02 evaporadoras de 24.000 BTUs e instalação de 02 evaporadoras de 24.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para colocação das tubulações.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC



Local de retirada de 02 condensadoras de 24.000 BTUs e instalação de 02 condensadoras de 24.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para colocação das tubulações.

Figura 04 – sala 1-105 - externo



Locais de retirada de 02 evaporadoras de 9.000 BTUs e instalação de 01 evaporadora de 24.000 BTUs. Refazer a estrutura de dreno, aproximadamente 5m, para colocação das tubulações.

Figura 05 – sala 2-302 - interno



Local de retirada de 02 condensadoras de 9.000 BTUs e instalação de 01 condensadora de 24.000 BTUs. Aqui o serviço exige uso de andaime e todos os equipamentos de segurança, pois o local apresenta aproximadamente 18m de altura. As estruturas de são as mesmas indicadas na figura 05.

Figura 06 – sala 2-302 - externo



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC



Local de retirada e instalação de 02 aparelhos de janela de 7.500 BTUs.

**Figura 07 – sala 3-000 - interno**



Local de retirada e instalação de 02 aparelhos de janela de 7.500 BTUs.

**Figura 08 – sala 3-000 - externo**



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

Local de retirada e instalação de 01



Local de retirada e instalação de 01 evaporadora de 12.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para colocação das tubulações.

Figura 11 – sala 3-003 - interno



Local de retirada e instalação de 01 condensadora de 12.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para colocação das tubulações.

Figura 12 – sala 3-003 - externo



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC



Local de retirada e instalação de 01 evaporadora de 24.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para colocação das tubulações.

Figura 13 – sala 3-009 - interno



Local de retirada e instalação de 01 condensadora de 24.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para colocação das tubulações.

Figura 14 – salas 3-009 - externo



Local de desinstalação de 02 evaporadoras de 24.000 BTUs e instalação de 02 evaporadoras de 24.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para colocação das tubulações.

figura 15 – sala 3-010 - interno



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC



figura 16 – sala 3-010 - externo

Local de desinstalação de 02 condensadoras de 24.000 BTUs e instalação de 02 condensadoras de 24.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para colocação das tubulações.

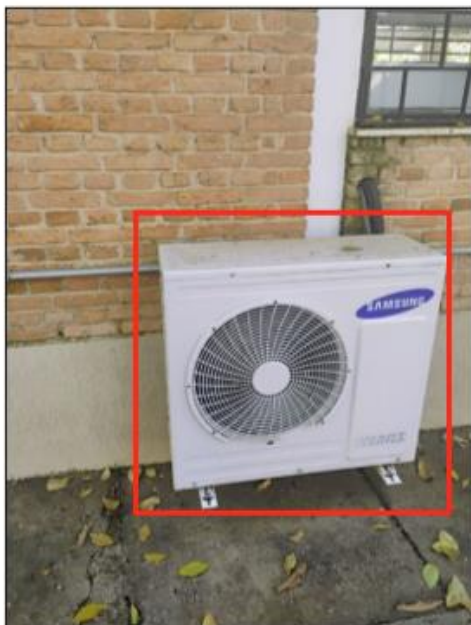


figura 17 – 3-012 - interno

Local de desinstalação de 01 evaporadora de 24.000 BTUs e instalação de 01 evaporadora de 24.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para colocação das tubulações.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC



Local de desinstalação de 01 condensadora de 24.000 BTUs e instalação de 01 condensadora de 24.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para colocação das tubulações.

Figura 18 – sala 3-012 - externo



Local de desinstalação de 01 evaporadora de 18.000 BTUs e instalação de 01 evaporadora de 18.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para colocação das tubulações.

Figura 19 – sala 3-019 - interno



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC



Figura 20 – sala 3-019 - externo

Local de desinstalação de 01 condensadora de 18.000 BTUs e instalação de 01 condensadora de 18.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para colocação das tubulações.



Figura 21 – sala 3-166 - interno

Local de instalação de 01 evaporadora de 12.000 BTUs. Fazer nova estrutura de drenos, aproximadamente 5 metros e nova tubulação frigorígena, aproximadamente 15 metros.



Figura 22 – sala 3-166 - externo

Local de instalação de 01 condensadora de 12.000 BTUs e Aqui o serviço exige uso de andaime e todos os equipamentos de segurança, pois o local apresenta aproximadamente 7m de altura. As estruturas de dreno são as mesmas indicadas na figura 21.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC



Local de desinstalação de 01 evaporadora de 18.000 BTUs e instalação de 01 evaporadora de 18.000 BTUs. Fazer nova estrutura de drenos, aproximadamente 5 metros para colocação das tubulações.

Figura 23 – sala 4-008 - interno

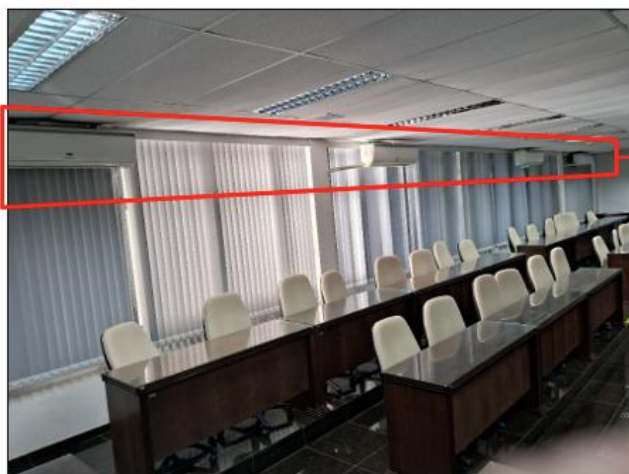


Local de desinstalação de 01 condensadora de 18.000 BTUs e instalação de 01 condensadora de 18.000 BTUs. A estrutura de drenos é a mesma indicada na figura 23.

Figura 24 – sala 4-008 – externo



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC



Local de desinstalação de 03 evaporadoras de 24.000 BTUs e instalação de 03 evaporadoras de 24.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para colocação das tubulações.

figura 25 – sala 4-112 - interno



Local de retirada de 03 condensadoras de 24.000 BTUs e instalação de 03 condensadoras de 24.000 BTUs. Aqui o serviço exige uso de andaime e todos os equipamentos de segurança, pois o local apresenta aproximadamente 7m de altura.

figura 26 – sala 4-112 - externo



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC



figura 27– sala 4-129 - interno

Local de desinstalação de 01 evaporadora de 12.000 BTUs e instalação de 01 evaporadoras de 12.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para colocação das tubulações.



figura 28 – sala 4-129 - externo

Local de retirada de 01 condensadora de 12.000 BTUs e instalação de 01 condensadora de 12.000 BTUs. Aqui o serviço exige uso de andaime e todos os equipamentos de segurança, pois o local apresenta aproximadamente 8m de altura.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC



Local de instalação de 01 evaporadora de 12.000 BTUs. Fazer nova estrutura de drenos, aproximadamente 10 metros.

figura 29 – sala 4-214 - interno



Local de instalação de 01 condensadora de 12.000 BTUs. Fazer nova estrutura de drenos, aproximadamente 10 metros.

figura 30 – sala 4-214 - externo



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC



Local de desinstalação de 01 evaporadora de 18.000 BTUs e instalação de 01 evaporadora de 24.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para colocação das tubulações.

figura 31 – sala 4-234 - interno



Local de desinstalação de 01 condensadora de 24.000 BTUs e instalação de 01 condensadora de 24.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para colocação das tubulações. Existe a possibilidade de a instalação da condensadora ser feita pelo interior da sala, caso seja inviável, será necessária a instalação de prancha de apoio para que não haja danos às telhas.

figura 32 – sala 4-234 - externo



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC



figura 33 – 4-243 interno

Local de desinstalação de 01 evaporadora de 9.000 BTUs e instalação de 01 evaporadora de 18.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para colocação das tubulações.



figura 34 – 4-243 externo

Local de desinstalação de 01 condensadora de 9.000 BTUs e instalação de 01 condensadora de 18.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para colocação das tubulações.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC



Local de desinstalação de 01 evaporadora de 12.000 BTUs e instalação de 01 evaporadora de 12.000 BTUs.

figura 35 – 5-105 interno



Local de desinstalação de 01 condensadora de 12.000 BTUs e instalação de 01 condensadora de 12.000 BTUs. Existe a possibilidade de a instalação da condensadora ser feita pelo interior da sala, caso seja inviável, será necessário o uso de andaime e equipamentos de segurança.

figura 36 – 5-105 externo

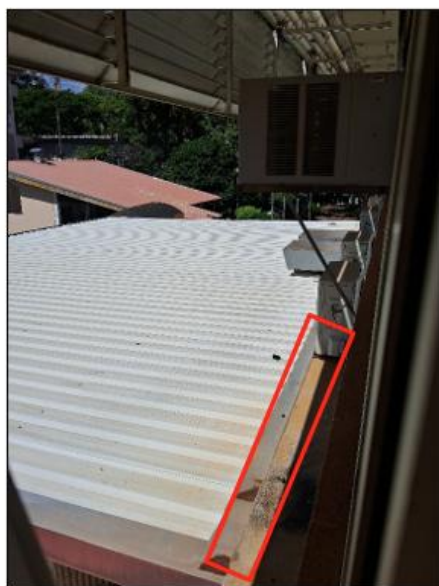


## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC



Local de desinstalação de 01 aparelho de janela de 12.000 BTUs e instalação de 01 evaporadora split de 12.000 BTUs. Fazer nova estrutura de drenos (aproximadamente 2m). Instalar uma placa de aço galvanizado ou acrílico (aproximadamente 0,53m x 0,43m – L x A). Fazer as furações nessa chapa para a passagem de tubulações e dreno para o novo aparelho.

figura 37 – 6-202 interno



Local de instalação de 01 condensadora de 12.000 BTUs (deve ser instalada em uma marquise do prédio). Será necessário nova instalação de dreno, aproximadamente 2 metros (o mesmo da figura 29). Existe a possibilidade de a instalação da condensadora ser feita pelo interior da sala, caso seja inviável, fazer uso de andaime.

figura 38 – 6-202 externo

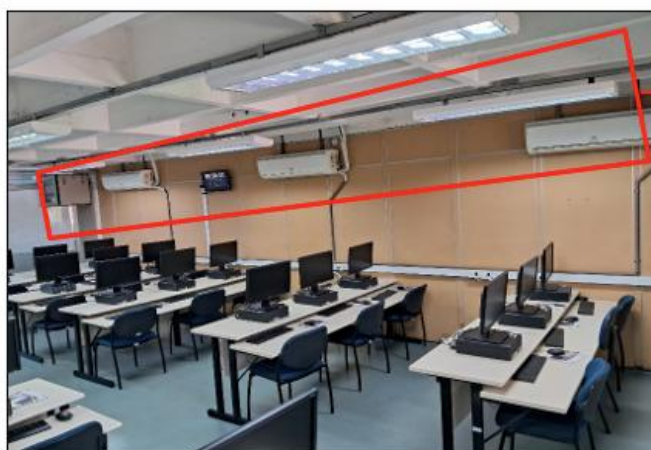


## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC



Local de desinstalação de 03 evaporadoras de 24.000 BTUs e instalação de 03 evaporadoras de 24.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para a colocação das tubulações

Figura 39 – sala 6-303 - interno



Local de desinstalação de 03 evaporadoras de 24.000 BTUs e instalação de 03 evaporadoras de 24.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para a colocação das tubulações

Figura 40 – sala 6-304 - interno



Locais de desinstalação de 03 evaporadoras de 24.000 BTUs e instalação de 03 evaporadoras de 24.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para a colocação das tubulações

Figura 41 – sala 6-306 - interno



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC



Locais de desinstalação de 09 condensadoras de 24.000 BTUs e instalação de 09 condensadoras de 24.000 BTUs. As condensadoras devem ser instaladas nas marquises do prédio. Existe a possibilidade de a instalação da condensadora ser feita pelo interior da sala, caso seja inviável, será necessário o uso de andaime e equipamentos de segurança.



**Figura 42 – salas 6-303, 6-304 e 6-306 - externo**



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC



Figura 43 – sala 8-002 - interno

Local de desinstalação de 01 evaporadora de 12.000 BTUs e instalação de 01 evaporadora de 18.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para a colocação das tubulações.



Figura 44 – sala 8-002 - externo

Local de desinstalação de 01 condensadora de 12.000 BTUs e instalação de 01 condensadora de 18.000 BTUs. Aproveitar a estrutura de drenos existente para colocação das tubulações.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC



Local de instalação de 01 evaporadora de 18.000 BTUs. Refazer a estrutura de drenos, aproximadamente 4m, para colocação das tubulações

**Figura 45 – sala 8-004 - interno**



Local de instalação de 01 condensadora de 18.000 BTUs. Refazer a estrutura de drenos, aproximadamente 4m (o mesmo da figura 47) para colocação das tubulações

**Figura 46 – sala 8-004 - externo**



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC



Local de desinstalação de 01 evaporadora de 24.000 BTUs e instalação de 01 evaporadora de 12.000 BTUs. Fazer nova estrutura de drenos, aproximadamente 2 metros.

Figura 47 – sala 8-006 - interno



Local de desinstalação de 01 condensadora de 24.000 BTUs e instalação de 01 evaporadora de 12.000 BTUs. Fazer nova estrutura de drenos, aproximadamente 2 metros (o mesmo da figura 49)

Figura 48 – sala 8-006 - externo



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC



Local de instalação de 01 evaporadora de 9.000 BTUs (aparelho que será reaproveitado da sala 2-302). Refazer a estrutura de drenos, aproximadamente 4m, para colocação das tubulações.

Figura 51 – sala de estudos 24h- interno



Local de instalação de 01 condensadora de 9.000 BTUs e (aparelho que será reaproveitado da sala 2-302). Refazer a estrutura de drenos, aproximadamente 4m (o mesmo da figura 49) para colocação das tubulações.

Figura 52 – sala de estudos 24h- externo



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

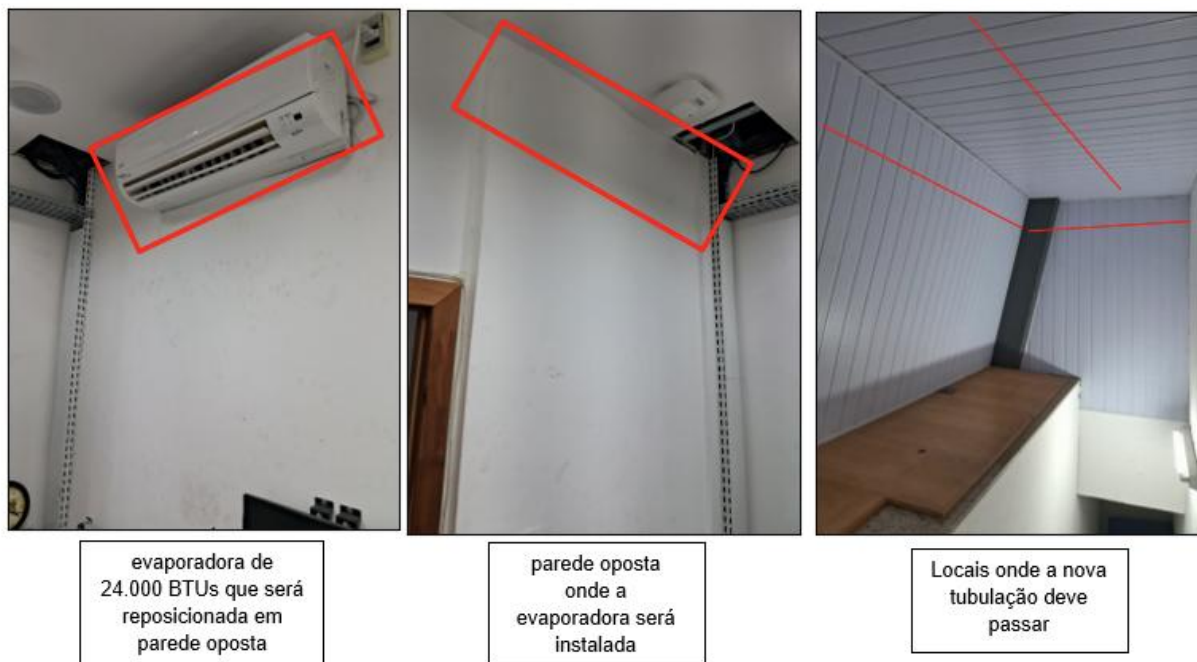


Figura 53 – sala audiovisual - interno



Figura 54 – sala audiovisual - externo



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC



**Figura 55 - Exemplo de calha para o acabamento interno**



## ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

### PROPOSTA COMERCIAL

Ao Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo

Prezados(as) Senhores(as),

Pela presente proposta, apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas., nossa Proposta Comercial, observada a descrição do objeto constantes do Termo de Referência:

#### 1 - Identificação da empresa Proponente:

Identificação da empresa Proponente:

Razão Social:

CNPJ nº:

Endereço:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Identificação do responsável:

Representante legal com poderes para assinar o contrato:

Qualificação (cargo e CPF):

E-mail:

Telefone:

Dados para pagamento

Dados bancários (Banco do Brasil) [\*]:

AGÊNCIA: \_\_\_\_\_ C/C: \_\_\_\_\_

#### Observações:

Nos valores apresentados deverão estar incluídos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do Proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto contratado. Não será admitida a proposta parcial, isto é, a oferta deverá abranger a integralidade do item de interesse da Proponente.

\* Nos termos do Decreto Estadual nº 62.687/2017 e da Portaria USP nº 8.249/2017, o pagamento será realizado exclusivamente por meio de crédito em conta corrente no Banco do Brasil S.A., de titularidade do fornecedor contratado.

Caso a licitante não possua conta no Banco do Brasil S.A., deverá encaminhar declaração se comprometendo a realizar a abertura para recebimento dos valores, conforme modelo do Anexo III do Edital de Licitação.

\*\* Para os itens 1.3 e 1.4, deverá ser previsto, obrigatoriamente, o valor máximo destinado aos pagamentos dos serviços, já transcritos neste modelo. O desembolso efetivo será feito com base no valor efetivamente despendido conforme definidos nos mesmos itens do “Anexo A – Especificações Técnicas Detalhadas”



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

### 2 - PROPOSTA:

#### ITEM 01 – Serviço de desinstalação e instalação de condicionadores de ar

##### Desinstalação de aparelhos de 9.000 BTU

| Subitem | Quantidade<br>(1) | Unidade  | Preço unitário<br>(2) | Preço total<br>(3) = (1) x (2) |
|---------|-------------------|----------|-----------------------|--------------------------------|
| 1.1     | 6                 | Unidades |                       |                                |

##### Desinstalação de aparelhos de 12.000 BTU

| Subitem | Quantidade<br>(1) | Unidade  | Preço unitário<br>(2) | Preço total<br>(3) = (1) x (2) |
|---------|-------------------|----------|-----------------------|--------------------------------|
| 1.2     | 5                 | Unidades |                       |                                |

##### Desinstalação de aparelhos de 18.000 BTU

| Subitem | Quantidade<br>(1) | Unidade  | Preço unitário<br>(2) | Preço total<br>(3) = (1) x (2) |
|---------|-------------------|----------|-----------------------|--------------------------------|
| 1.3     | 2                 | Unidades |                       |                                |

##### Desinstalação de aparelhos de 24.000 BTU

| Subitem | Quantidade<br>(1) | Unidade  | Preço unitário<br>(2) | Preço total<br>(3) = (1) x (2) |
|---------|-------------------|----------|-----------------------|--------------------------------|
| 1.4     | 24                | Unidades |                       |                                |

##### Instalação de aparelhos de 7.500 BTU

| Subitem | Quantidade<br>(1) | Unidade  | Preço unitário<br>(2) | Preço total<br>(3) = (1) x (2) |
|---------|-------------------|----------|-----------------------|--------------------------------|
| 1.5     | 2                 | Unidades |                       |                                |

##### Instalação de aparelhos de 9.000 BTU

| Subitem | Quantidade<br>(1) | Unidade  | Preço unitário<br>(2) | Preço total<br>(3) = (1) x (2) |
|---------|-------------------|----------|-----------------------|--------------------------------|
| 1.6     | 2                 | Unidades |                       |                                |



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ICMC

| Instalação de aparelhos de 12.000 BTU |                   |          |                       |                                |
|---------------------------------------|-------------------|----------|-----------------------|--------------------------------|
| Subitem                               | Quantidade<br>(1) | Unidade  | Preço unitário<br>(2) | Preço total<br>(3) = (1) x (2) |
| 1.7                                   | 7                 | Unidades |                       |                                |

| Instalação de aparelhos de 18.000 BTU |                   |          |                       |                                |
|---------------------------------------|-------------------|----------|-----------------------|--------------------------------|
| Subitem                               | Quantidade<br>(1) | Unidade  | Preço unitário<br>(2) | Preço total<br>(3) = (1) x (2) |
| 1.8                                   | 6                 | Unidades |                       |                                |

| Instalação de aparelhos de 24.000 BTU |                   |          |                       |                                |
|---------------------------------------|-------------------|----------|-----------------------|--------------------------------|
| Subitem                               | Quantidade<br>(1) | Unidade  | Preço unitário<br>(2) | Preço total<br>(3) = (1) x (2) |
| 1.8                                   | 23                | Unidades |                       |                                |

|                                                 |
|-------------------------------------------------|
| <b>Valor total do item 1:</b> R\$ ..... (.....) |
|-------------------------------------------------|

### 3 - DAS DEMAIS CONDIÇÕES:

**Garantia dos serviços: 12 meses;**

**Prazo de execução: 30 dias corridos;**

**Validade da proposta: 90 dias corridos;**

**Prazo de pagamento: 28 dias corridos.**

Declaramos concordar com os termos da Resolução USP nº 8548/2023 e Portaria nº 8249/2023. Declaramos também total concordância com os termos do Edital de Licitação e seus anexos em referência.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

(Local)

(Data)

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do representante legal da proponente / cargo)



## ANEXO III – COMPROMISSO DE ABERTURA DE CONTA NO BANCO DO BRASIL

### DECLARAÇÃO

Eu, ....., responsável legal da empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, participante do procedimento de **Pregão Eletrônico nº 44/2025 – ICMC**, da Universidade de São Paulo, promovido por intermédio do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, ICMC/USP, declaro para fins processuais junto ao Pregão Eletrônico, e em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual nº 62.687/2017 e da Portaria USP nº 8.249/2023, que a empresa providenciará a abertura de conta bancária junto ao Banco do Brasil, de modo a viabilizar o recebimento dos valores referentes à contratação que venha a ser efetivada com a Universidade de São Paulo.

Estamos cientes de que a abertura da referida conta é condição necessária para o pagamento dos valores contratuais e diligenciaremos para que o processo seja concluído com a maior brevidade possível.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
(Local), (Data)

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do representante legal da licitante / cargo)



**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DAS  
NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, E DA  
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA**

**DECLARAÇÃO**

Eu, ....., responsável legal da empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, participante do procedimento de **Pregão Eletrônico nº 44/2026 – ICMC**, da Universidade de São Paulo, promovido por intermédio do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação – ICMC/USP, declaro para fins de habilitação no referido certame que a empresa:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição do Estado de São Paulo;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, bem como se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D do referido diploma legal, quando aplicável.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
(Local), (Data)

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do representante legal da licitante / cargo)



## ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA

### DECLARAÇÃO

Eu, ....., responsável legal da empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, participante do procedimento de **Pregão Eletrônico nº 44/2026 – ICMC**, da Universidade de São Paulo, promovido por intermédio do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação – ICMC/USP, declaro para fins de habilitação no referido certame que a empresa realizou vistoria prévia, tomando conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
(Local), (Data)

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do representante legal da licitante / cargo)



## ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA

### DECLARAÇÃO

Eu, ....., responsável técnico da empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, participante do procedimento de **Pregão Eletrônico nº 44/2026 – ICMC**, da Universidade de São Paulo, promovido por intermédio do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação – ICMC/USP, declaro para fins de habilitação no referido certame que, embora não tenha realizado vistoria prévia, a empresa tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, responsabilizando-se integralmente por sua proposta e pela execução do objeto contratual.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
(Local), (Data)

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do responsável técnico da licitante / cargo)



## **ANEXO VII – ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA**

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

### **INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012**

### **INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023**

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna “IR (02)” do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.



## USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

### Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código V4G4-ZFKN-SHD6-WAV1 no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/V4G4-ZFKN-SHD6-WAV1>

**Kalinka Regina Lucas Jaquie Castelo Branco**

Nº USP: 2529921

Data: 26/10/2026 18:44

Perfil assinante:: Diretora do ICMC/USP